



O que podem os países africanos aprender com o desenvolvimento e crescimento inclusivo no Brasil?

Trabalho de pesquisa:

Explicar o declínio na desigualdade de vencimentos no Brasil: 1995-2012

Resumo

- Depois da economia brasileira ter estabilizado em meados dos anos 90, a desigualdade baixou substancialmente. O coeficiente de Gini para a distribuição dos rendimentos per capita nos lares brasileiros caiu 12%, de 0,59 em 1995 para 0,52 em 2012.
- Estima-se que 35-50% da redução da desigualdade pode ser atribuída às alterações nos rendimentos não salariais (incluindo transferências de dinheiro da Bolsa Família e outros esquemas de assistência social). Uns 10% podem ser atribuídos a factores demográficos, em particular ao declínio no número de membros por lar entre famílias mais pobres.
- Os restantes 40-55% devem-se a alterações na distribuição dos rendimentos salariais. Até agora, a principal explicação para isso tem sido os efeitos de uma força de trabalho com mais habilitações.
- Ao contrário dos trabalhos anteriores, que referem os efeitos de uma força de trabalho com cada vez mais escolaridade, os nossos resultados salientam a importância de factores demográficos, espaciais, e institucionais para explicar o declínio na desigualdade de vencimentos.
- Os principais factores pela razão do declínio na desigualdade de vencimentos foram as menores diferenças nos salários entre géneros e etnia, e prémios salariais urbanos e regionais mais baixos. Houve também uma diminuição na diferença entre trabalhadores de sectores formais e informais. Na segunda parte do período sob estudo (2004-2012), o facto de o ordenado mínimo ter aumentado também contribuiu para esse declínio.

Níveis de desigualdade em declínio no Brasil

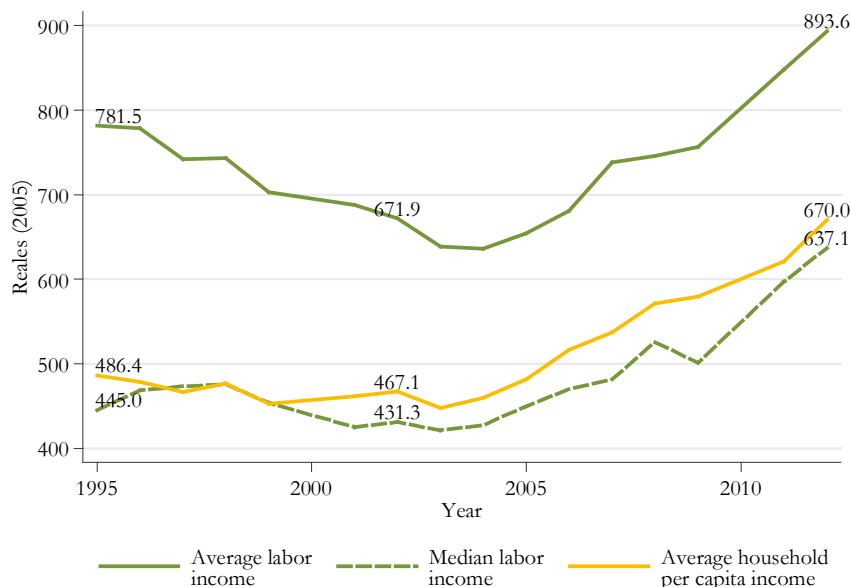
Há muito um dos países do mundo com maiores desigualdades, o Brasil tem experimentado uma significativa redução da desigualdade de rendimentos desde a estabilização macroeconómica cerca de 1994-1995. O coeficiente Gini para a distribuição dos rendimentos por capita em cada lar caiu 12%, de 0,59 em 1995 para 0,52 em 2012.

O declínio foi particularmente pronunciado depois de 2003 – um período em que os rendimentos médios cresceram relativamente depressa (40% no geral), e a pobreza também caiu a pique. O Brasil não era o único: observaram-se trajectórias semelhantes em outros países Latino-Americanos – como a Argentina, o Peru e o Ecuador – nesse mesmo período.

A Figura 1 sugere que possa ser útil fazer a distinção entre dois sub-períodos: de 1995 a 2002, tanto os vencimentos como os rendimentos de cada lar eram estáveis ou em declínio. A situação mudou por volta de 2002-03, quando as três séries começam a ter tendência para subir rapidamente. Os

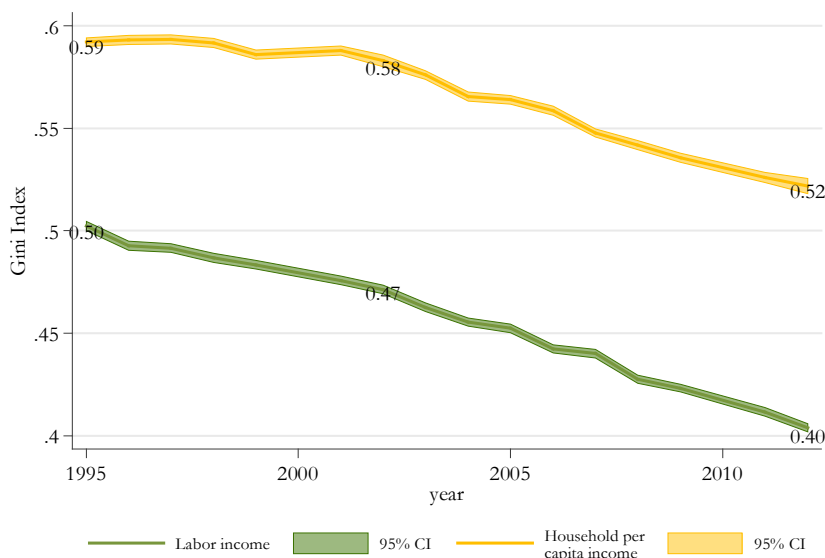
vencimentos médios no mercado de trabalho, por exemplo, tiveram um aumento de cerca de 40% de 2002 a 2012. Os vencimentos médios e rendimentos familiares também cresceram rapidamente neste segundo sub-período.

Figura 1: Rendimentos familiares e vencimentos no Brasil, 1995-2012: níveis.



Não existe nenhuma forte quebra correspondente quando se olha para as tendências na desigualdade, e não nos níveis. A Figura 2 mostra as estimativas de ponto e intervalos de confiança de 95% para os coeficientes de Gini de rendimentos per capita do total de lares (a amarelo) e ganhos salariais (a verde).

Figura 2: Rendimentos familiares e ganhos salariais no Brasil, 1995-2012: desigualdade

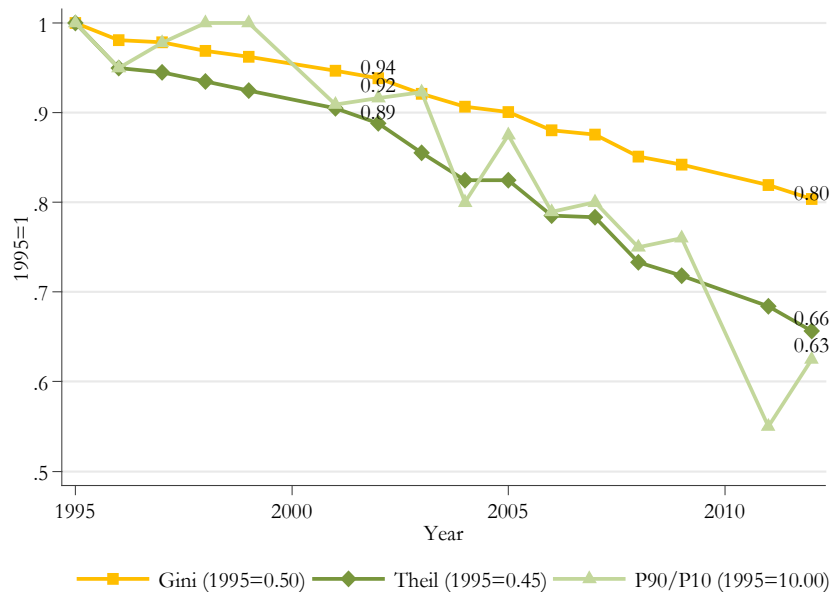


Durante 1995-2002, o declínio da desigualdade de rendimentos é claramente menos rápido do que os ganhos salariais, pelos quais o Gini perde três pontos. Ambos parecem estar em declínio ao longo

do período. O declínio na desigualdade dos vencimentos salariais continua no segundo sub-período, e há uma aceleração no declínio dos rendimentos familiares.

Ao longo dos dezassete anos, a desigualdade de rendimentos cai cerca de 12% e a desigualdade de ganhos cai 20%, quando medidos pelo coeficiente de Gini. Além disso, a Figura 3 mostra que o declínio na desigualdade de ganhos é sólido na escolha do índice: as reduções são realmente maiores quando medidas com o índice Theil (T) index, e pelo percentil 90-10, a 34% e 37% respectivamente.

Figura 3: Alterações na desigualdade de ganhos no Brasil, 1995-2012: índices diferentes.



Nota: O índice Gini de rendimento laboral cobre todos os empregados ocupados com idades entre 18 e 65 anos. O índice Gini do rendimento familiar per capita abrange toda a população.

Resultados principais do IRIBA:

Ao contrário da maior parte da literatura anterior, os nossos resultados realçam a importância dos factores demográficos, espaciais, e institucionais para explicar a queda na desigualdade de vencimentos ao longo do período sob análise.

Enquanto que os aumentos no volume de capital humano de força de trabalho no Brasil – tanto em termos de escolarização como experiência – são responsáveis por uma importante parcela do aumento em *níveis* de pagamento, o capital humano contribui relativamente pouco para o declínio na desigualdade – e isso só por causa da queda no número de indivíduos a voltar à escola. (O componente de dotação do efeito capital humano foi o crescimento da desigualdade).

Os factores institucionais desempenham um papel – em grande parte através do aumento de emprego formal. Talvez mais surpreendentemente seja que uma grande parte do declínio na desigualdade de vencimentos possa ser atribuída a menores diferenças de salário entre género e etnia, e a prémios salariais urbanos e regionais mais baixos, *sujeita* a factores institucionais e educacionais. Em conjunto, estes factores são responsáveis por 6,3 da redução de dez pontos Gini entre 1995 e 2012.

Que factores ajudaram a reduzir a desigualdade?

A maior parte do discurso popular sobre este assunto tem tipicamente reforçado o papel da redistribuição fiscal como o impulsionador principal do declínio na desigualdade no Brasil. Em 2003, o governo federal do Brasil lançou um programa de transferência condicionada de fundos (CCT – *conditional cash transfer*), chamada Bolsa Família, que chegou a mais de 50 milhões de pessoas e tornou-se um dos maiores programas CCT no mundo.

Apesar de a Bolsa Família e outros programas de redistribuição fiscal, tais como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e pensões rurais não contributivas, contribuírem realmente para a redução na desigualdade de rendimento familiar – as melhores estimativas disponíveis colocam esta contribuição entre 35-50% do declínio geral (Barros et al. 2010; Azevedo et al. 2013), outros cerca de 10% são atribuídos a factores demográficos, principalmente o rápido declínio no tamanho das famílias, que tem sido mais evidente em lares mais pobres.

Os remanescentes 40-55% do declínio na desigualdade de rendimentos familiares deve-se a alterações na distribuição de ganhos laborais. O principal discurso na literatura atribui esse declínio principalmente a dinâmicas de capital humano: um substancial aumento nos anos de escolaridade de adultos em idade laboral significa que tem havido uma crescente disponibilidade de competências, seguida de um declínio na volta dessas competências ao mercado de trabalho (revelando, presumivelmente, que a procura de competências não conseguiu manter-se a par com a oferta).

Consideramos que o declínio na desigualdade de vencimentos entre 1995 e 2012 foi impulsionado principalmente pelas alterações na estrutura das remunerações no mercado de trabalho brasileiro, e não directamente pelas alterações na distribuição das características dos trabalhadores. Estas alterações na estrutura de pagamentos podem ser entendidas com muita facilidade como declínios em vários diferentes prémios salariais: juntamente com a redução de prémios de escolaridade, o período também se caracterizou por reduções na diferença de salários entre géneros (com o vencimento das mulheres a aumentar mais rapidamente que o dos homens), as diferenças entre

salários de diferentes etnias (como salários de pessoas de cor a subir mais rapidamente do que os de brancos), e a diferença entre salários urbanos e rurais (com os salários a subir mais depressa em zonas rurais). Cada uma destas diferenças foi, claro, estimada condicionalmente no conjunto total de características observáveis.

Outra diferença cuja diminuição contribuiu para a equalização geral foi aquela entre empregados formais (com carteira) e informais (sem carteira). Enquanto estas alterações na estrutura no mercado de trabalho são um fenómeno de equilíbrio que reflectem as forças de mercado, tal como um aumento no poder de negociação dos trabalhadores face aos seus empregadores, defendemos que também reflectem as mudanças nos padrões de controlo pelas instituições governamentais.

Outra variável-chave institucional que tivemos em conta foi o salário mínimo real, que mais do que duplicou ao longo do período, gerando um admirável aumento na função de densidade dos ganhos até 2012. Como se suspeitava, este aumento no salário mínimo contribuiu para a queda na desigualdade no sub-período de 2004-2012. No entanto, o seu desempenho menos animador entre 1995 e 2003, em conjunto com um mercado de trabalho na altura muito menos agressivo, significou que o impacto total nos salários mínimos ao longo de todo o período aumentou a desigualdade.

Em suma, – e em grande contraste com períodos anteriores documentados – a história destes dezassete anos foi feliz para os mercados de trabalho brasileiros. O desemprego caiu e os vencimentos aumentaram. Não só aumentaram os vencimentos médios, como os maiores aumentos foram para os grupos de trabalhadores que ganhavam menos. Houve realmente uma compressão nos prémios de salários de indivíduos com escolaridade, que costumavam ser invulgarmente altos no Brasil. Mas mais impressionante ainda foram as reduções nas diferenças salariais entre trabalhadores que são visivelmente equivalentes em termos do seu capital humano, mas que diferem em dimensões como raça, género, lugar, e tipo de profissão.

A experiência brasileira é relevante para países africanos?

Naturalmente, o desempenho do Brasil atraiu muita atenção, tanto entre pesquisadores como legisladores em outros países. Em África, por exemplo, onde uma mão-cheia de países – incluindo a África do Sul, a Namíbia, e o Botswana – onde existem elevados níveis de desigualdade, esse interesse foi imenso. O Brasil é muitas vezes visto como um caso de estudo mais relevante para estes países do que, digamos, países na Europa ou na América do Norte: é também um país em desenvolvimento, se bem que com níveis algo mais altos de rendimento per capita. É também um principal exportador de *commodities*, beneficiando (na altura) do boom nos preços de *commodities*. Assim sendo, é natural que haja algum interesse de várias partes sobre se haverá algumas lições a retirar da experiência brasileira com a redução da pobreza e da desigualdade num contexto de crescentes rendimentos.

Implicações políticas

Há algumas lições a retirar desta análise para os países africanos a debaterem-se com as suas próprias lutas políticas por um mercado de trabalho mais justo e mais igual? Esta é uma pergunta difícil porque o contexto e instituições locais têm muita importância e existem diferenças importantes entre a economia do Brasil e a de muitos países africanos. Contudo, quatro implicações gerais parecem ser suficientemente abrangentes a poderem ser aplicadas localmente, de alguma forma coerente, à maioria dos países:

1. Uma força de trabalho com habilitações é uma força de trabalho mais produtiva e, se a educação for promovida de uma forma conhecedora, focando nos níveis primários e secundários, leva a maior prosperidade e maior igualdade;
2. Todas as formas de discriminação – entre géneros, grupos étnicos, ou outras formas – tendem a ser ineficientes e injustas. Encorajar a escolarização feminina, reduzir as taxas de fertilidade, e uma maior participação na força de trabalho têm contribuído para o crescimento dos vencimentos médios, e para uma distribuição menos desigual no Brasil.
3. Integrar as zonas rurais e as pessoas que lá trabalham: uma maior conectividade e menor segmentação do mercado de trabalho entre cidade e campo são uma constante na recente e bem sucedida luta contra a pobreza e desigualdade no Brasil.
4. E, finalmente, não temer a redistribuição fiscal: os programas de transferências bem concebidos são perfeitamente consistentes com mercados de trabalho dinâmicos, com salários médios em crescimento e dispersão em declínio.

Este resumo tem como base o documento de trabalho 12 do IRIBA ‘A more level playing field? Explaining the decline in earnings inequality in Brazil, 1995-2012’ por Francisco Ferreira, Sergio Firpo e Julián Messina disponível em <http://www.brazil4africa.org>

Leitura recomendada:

- Azevedo, João Pedro, Gabriela Inchauste and Viviane Sanfelice (2013): “Decomposing the Recent Inequality Decline in Latin America”, World Bank Policy Research Working Paper 6715.
- Barros, Ricardo, Mirela de Carvalho, Samuel Franco and Rosane Mendonça (2010): “Markets, the State, and the Dynamics of Inequality in Brazil”, Chapter 6 in López-Calva, L.F and N. Lustig (eds.) Declining Inequality in Latin America: A decade of progress? (Washington, DC: The Brookings Press)
- Ferreira, Francisco, Phillippe Leite and Julie Litchfield (2008): “The rise and fall of Brazilian inequality: 1981–2004”. *Macroeconomic Dynamics*, 12(S2): 199-230
- Fortin, Nicole, Thomas Lemieux and Sergio Firpo (2011): “Decomposition methods in economics.” *Handbook of labor economics*, 4, 1-10